

Ensino gramatical nas aulas de Língua Portuguesa: estudo de caso em escola do município de Presidente Olegário

*Grammar teaching in portuguese language classes: a case study in a
school in the district of Presidente Olegário*

Rosilene Soares de Melo Silva

Graduanda em Letras pelo Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).
E-mail: rosilenemelo30@hotmail.com

Elizene Sebastiana de Oliveira Nunes

Professora orientadora (UNIPAM).
E-mail: elizene@unipam.edu.br

Resumo: O ensino de gramática nas escolas há muito vem sendo tema de recorrentes discussões. Partindo disso, o presente trabalho teve por objetivo verificar como têm sido trabalhadas as aulas de Língua Portuguesa numa escola do município de Presidente Olegário. O estudo possibilitou averiguar a visão dos professores de Língua Portuguesa dessa escola sobre o ensino de gramática e investigar como os alunos encaram esse conteúdo. O artigo foi realizado com base em pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em leituras de autores como Travaglia (1996), Perini (1995) e Geraldi (1999). Já a pesquisa de campo foi realizada com uma amostra de dois docentes e 54 alunos. A partir do levantamento de dados realizado, foi possível verificar que, apesar de algumas estratégias no ensino de língua portuguesa terem passado por inovações, ainda é predominante a forma normativa e prescritiva de ensino tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio dessa escola.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Gramática. Ensino.

Abstract: Teaching grammar in schools has long been the subject of recurrent discussions. Assuming that, the present study aimed to verify how Portuguese Language classes in a school in the district of Presidente Olegario have been worked. This study enabled us to ascertain the views of Portuguese Language teachers from this school on teaching grammar and to investigate how students perceive this content. The article was based on literature and field research. The literature search was based on readings from authors as Travaglia (1996), Perini (1995) and Geraldi (1999). The fieldwork was conducted with a sample of two teachers and 54 students. After the data had been collected, it was found that although some strategies for teaching Portuguese language have undergone innovations, it is still prevailing normative and prescriptive form of teaching the language in both elementary school and in high school classes at this school.

Keywords: Portuguese language. Grammar. Teaching.

1 Introdução

São antigas e recorrentes as discussões acerca das aulas de Língua Portuguesa entre pesquisadores e professores. Muitos são os questionamentos do que se deve priorizar nessas aulas, bem como de que forma elas devem ser trabalhadas.

A partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCNs/LP) e da divulgação dos resultados desastrosos obtidos pelo brasileiro em relação à proficiência da escrita e da leitura, as aulas de Língua Portuguesa foram repensadas e o foco de ensino passou a ser a compreensão, a análise, a interpretação e a produção de textos verbais.

Entretanto, apesar de ser essa a proposta dos PCNs, o que se vê são abordagens diferentes de escola para escola, de professor para professor. Muitos entenderam que, com essa nova proposta, estava abolido o ensino gramatical das escolas. Outros tentavam trazer uma nova abordagem ao ensino gramatical, porém o que prevaleciam eram atividades propostas para a abordagem textual, mas que continuavam priorizando a descodificação e a exploração de aspectos gramaticais.

Frente a essas transformações, questionamento comum feito em muitos trabalhos perpassa pela necessidade de ensinar ou não a gramática nas aulas de Língua Portuguesa. Este estudo não pretende aqui buscar resposta a este questionamento, uma vez que acredita ser o ensino da gramática nas aulas de Língua Portuguesa imprescindível para que o aluno desenvolva habilidades e competências comunicativas e interativas.

Logo, é necessário o ensino de gramática, não uma gramática puramente normativa e descritiva, mas uma gramática que desperte o aluno para as reflexões linguísticas e que possibilite a ele obter êxito nas interações necessárias nas mais diferentes situações comunicativas.

Então, partindo disso, o presente trabalho tem por objetivo averiguar a visão dos professores de Língua Portuguesa de uma escola do município de Presidente Olegário sobre o ensino de gramática e investigar como os alunos encaram esse conteúdo.

2 Apontamentos teóricos

2.1 Ensino de língua materna

É sabido que o conhecimento amplo dos recursos linguísticos permite ao indivíduo comunicar em diferentes contextos. Travaglia (1996, p. 17) diz que o ensino de língua materna se justifica prioritariamente pelo objetivo de desenvolver a competência comunicativa. O autor ainda acrescenta que ensinar a gramática dos manuais é desconsiderar todo o sistema de linguagem e aprendizagem social.

Segundo Castilho (1988 *apud* TRAVAGLIA, 1996, p. 63), a norma culta (da classe de prestígio)

constitui o português correto, tudo o que foge à norma representa um preconceito porque, na verdade, não há português certo e errado: todas as

variedades são igualmente eficazes em termos comunicacionais nas situações em que são de uso esperado e apropriado. O que há verdade são modalidades de prestígio e modalidades desprestigiadas em função do grupo social que utiliza.

Ao chegar à escola a criança demonstra domínio da língua, mas não em sua totalidade, ainda há necessidade de conhecer as variedades linguísticas. Dialetos e registros são o assunto ideal para iniciar o ensino de língua materna. Segundo Travaglia (1996), o ensino de gramática ideal nas escolas seria utilizado na seguinte ordem: gramática internalizada, gramática descritiva e gramática normativa. Ensinar gramática é ensinar a língua em toda sua variedade do uso e ensinar regras é ensinar o domínio do uso.

Os elementos gramaticais permitem a articulação linguística das sentenças. Partindo dessa premissa, é possível averiguar tal aplicação no desenvolvimento da fala, porém há necessidade de que o professor tenha boa concepção e domínio da língua para tornar o estudo com as nomenclaturas menos complexo. Visto que o papel da escola é ensinar língua padrão, devem-se considerar materiais didáticos atuais, como artigos, textos literários, jornais, revistas etc., de maneira que possibilite a construção e revisão constante de textos e conduza à distinção entre oralidade e escrita. Portanto, fica evidente a necessidade de ensinar língua materna com o objetivo de desenvolvimento gramatical e textual.

Para atender ao que propõem os PCNs, devem ser primeiramente entendidas as diferentes concepções de linguagem e a qual gramática cada uma delas se relaciona. Esse entendimento e uma posterior adequação à abordagem gramatical pode ser um caminho a ser percorrido para quebrar a resistência que muitos alunos têm às aulas de Língua Portuguesa.

2.2 Concepções de linguagem

Saussure (2004) explica que a linguagem é um conjunto de signos usados para a comunicação. Dessa forma, para encaminhar um ensino aprendizagem de qualidade em relação à língua materna, é importante que o professor tenha ciência sobre as concepções de linguagem recorrentes. Pinheiro (2010) salienta que, ao conhecer essas concepções, o modo como se concebe a natureza da língua altera em muito o como se estrutura o trabalho com a língua em termos de ensino.

Então, sendo as concepções de linguagem subjacentes ao ensino aprendizagem e, conseqüentemente, à forma de ensino da língua materna, necessário se faz abordá-las anteriormente à descrição das três gramáticas propostas por alguns estudiosos. São três as concepções recorrentes: linguagem como expressão de pensamento; linguagem como instrumento de comunicação; linguagem como forma de interação.

2.2.1 Linguagem como expressão de pensamento

Para Saussure (2004), a linguagem é o reflexo do que se passa no interior da mente. Essa concepção do que é a linguagem apoia-se no cerne de que a linguagem é explicada a partir das condições de vida psíquica individual do sujeito falante. Assim, a comunicação se forma na mente do indivíduo e é exteriorizada por meio de um código exterior.

Nessa concepção, a expressão organizada, modelada e orientada pela atividade mental. Logo, a língua é vista como um produto acabado, como um sistema estável (léxico, gramática, fonética). Assim, presume-se que há regras a serem seguidas para se alcançar a organização lógica do pensamento e, conseqüentemente, da linguagem.

Segundo Travaglia (1996, p. 21), para essa concepção,

as pessoas não se expressam bem porque não pensam. A expressão se constrói no interior da mente, sendo sua exteriorização apenas uma tradução. A enunciação é um ato monológico, individual, que não é afetado pelo outro nem pelas circunstâncias que constituem a situação social em que a enunciação acontece.

Geraldi (1999, p. 41) reafirma o que diz Travaglia quando diz que a concepção da linguagem como tal leva a afirmações correntes de que pessoas que não conseguem se expressar não pensam.

Sendo a língua, nessa concepção, considerada como uma unidade imutável, não se tem abertura para o estudo das variações linguísticas, já que isso levaria a distinções de pensamento, algo não aceitável nesse contexto. Existiria, então, uma forma certa da linguagem que equivaleria à forma certa do pensamento. Dessa forma, essa visão reforça os estudos tradicionais da Gramática Normativa, que privilegiam o falar das camadas socioeconomicamente mais favorecidas.

Em relação ao ensino fundamentado na concepção de linguagem como extração,

o ensino de língua enfatiza a gramática teórico-normativa: conceituar, classificar, para, sobretudo, entender e seguir as prescrições, em relação à concordância, à regência, à acentuação, à pontuação, ao uso ortográfico. O eixo da progressão curricular e dos manuais didáticos são os itens gramaticais (Perfeito, 2005, p. 29, *apud* FUZA, OHUSCHI e MENEGASSI, 2011, p. 483).

Vê-se, assim, que a aprendizagem da teoria gramatical é tida como garantia para se chegar ao domínio das linguagens (oral e escrita), partindo do pressuposto de que a prática de exercícios gramaticais leva à incorporação do conteúdo e que a gramática normativa deve ser um núcleo de ensino (CAZARIN, 1995, *apud* FUZA, OHUSCHI e MENEGASSI, 2011).

2.2.2 Linguagem como instrumento de comunicação

Nesta segunda concepção, a língua "é vista como um código, ou seja, um conjunto de signos que se combinam segundo regras e que é capaz de transmitir uma mensagem, informações de um emissor a um receptor" (TRAVAGLIA, 1996, p. 22).

Também Geraldi (1999, p. 41) diz que essa concepção "está ligada à teoria da comunicação e vê a língua como código (conjunto de signos que se combinam segundo regras) capaz de transmitir ao receptor certa mensagem".

Assim, nota-se que essa perspectiva está intrinsecamente ligada aos elementos comunicativos, em que o falante deseja transmitir uma mensagem a um ouvinte e, assim, coloca-a "em código (codificação) e a remete para o outro através de um canal (ondas sonoras ou luminosas). O outro recebe os sinais codificados e os transforma de novo em mensagem (informações). É a decodificação" (TRAVAGLIA, 1996, p. 22-23).

Depreende-se, a partir dessa concepção, que a linguagem é ferramenta usada para transmitir uma mensagem, utilizando, segundo Geraldi (1999), a variedade padrão e desprezando-se as demais variedades linguísticas. Portanto, também nessa orientação, a língua é um sistema estável, imutável, de formas linguísticas submetidas à norma fornecida tal qual a consciência individual e decisiva para esta. E as leis da língua são essencialmente leis linguísticas específicas, que estabelecem ligações entre os signos linguísticos no interior de um sistema fechado.

Assim, o ensino da língua materna, na concepção de linguagem como instrumento de comunicação, enfatiza a forma linguística, focalizando o estudo dos fatos linguísticos por intermédio de exercícios estruturais morfossintáticos, na busca da internalização inconsciente de hábitos linguísticos, próprios da norma culta.

Isso demonstra, como postula Travaglia (1996), que a concepção de linguagem como instrumento de comunicação separa o homem do seu contexto social, por se limitar ao estudo do funcionamento interno da língua.

2.2.3 Linguagem como forma de interação

Entende essa tendência que a verdadeira substância da linguagem não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui, assim, a realidade fundamental da linguagem (PINHEIRO, 2010).

Essa terceira concepção de linguagem postula que o lugar da linguagem é a interação. Nessa perspectiva, a língua se constitui em um processo ininterrupto, realizado através da interação verbal, social, entre interlocutores, não sendo um sistema estável de formas normativamente idênticas. Então, os sujeitos são vistos como agentes sociais, uma vez que é por meio de diálogos entre os indivíduos que ocorrem as trocas de experiências e conhecimentos.

Essa visão dialógica da linguagem faz com que esta seja considerada "como uma ação orientada para uma finalidade específica [...] que se realiza nas práticas sociais existentes, nos diferentes grupos sociais, nos distintos momentos da história" (BRASIL, 1998, p. 20).

Segundo Travaglia (1996), nessa concepção, o indivíduo não usa a língua somente para traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas também para realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor).

De acordo com Geraldi (1999), por meio dessa linguagem, o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria levar a cabo, a não ser falando; com ela o falante age sobre o ouvinte, constituindo compromissos e vínculos que não preexistiam à fala.

Nesta concepção, a preocupação básica do ensino da língua materna é levar o aluno não apenas ao conhecimento da gramática de sua língua, mas, sobretudo, ao desenvolvimento da capacidade de refletir, de maneira crítica, sobre o mundo que o cerca e, em especial, sobre a utilização da língua como instrumento de interação social.

Verifica-se, portanto, que, ao considerar a linguagem como um processo dialógico, é preciso ter como foco o trabalho com os gêneros discursivos, tendo em vista que as esferas da comunicação exigem a escolha dos gêneros, a fim de concretizar a comunicação. Ademais, o ensino da língua deve favorecer as práticas de leitura, produção e análise linguística, a partir de enunciados orais e escritos que circulam nas diversas esferas de comunicação humana (BRASIL, 1998).

2.3 Concepções de gramática

Ao buscar definições mais detalhistas e peculiares a cada concepção de linguagem, Travaglia (1996) discorre acerca de três concepções de gramática: normativa, descritiva e internalizada.

2.3.1 Gramática normativa

Arelada à concepção de linguagem como expressão do pensamento, a gramática normativa é “concebida como um manual com regras de bom uso da língua a serem seguidas por aqueles que querem se expressar adequadamente” (TRAVAGLIA, 1996, p. 24).

A norma culta é a transformação dos fatos da língua em regras e ignora as inúmeras possibilidades existentes em outras variedades da língua. De acordo com Travaglia (1996), ao lado da descrição da norma ou variedade culta da língua (análise de estruturas, uma classificação de formas morfológicas e léxicas), a gramática normativa apresenta e dita normas de bem falar e escrever, normas para a correta utilização oral e escrita do idioma, prescreve o que se deve e o que não se deve usar na língua.

O ensino dessa gramática é prescritivo e o ensino de língua materna tem por objetivo levar o aluno a dominar a norma culta ou língua padrão e trabalhar a variedade escrita da língua.

Ao privilegiar apenas a variedade dita padrão ou culta, essa concepção de gramática condena todas as outras formas que estejam inconformes com essa variedade. Logo, é um tipo de abordagem que mantém a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizada, reduzindo as aulas de português a aulas de teoria gramatical e atividades metalinguísticas.

2.3.2 Gramática descritiva

Atrelada à concepção de linguagem como instrumento de comunicação, a gramática descritiva é, segundo Travaglia (1996, p. 32),

a que descreve e registra para uma determinada variedade da língua em um dado momento de sua existência (portanto numa abordagem sincrônica) as unidades e categorias linguísticas existentes, os tipos de construção possíveis e a função desses elementos, o modo e as condições de uso dos mesmos. Portanto a gramática descritiva trabalha com qualquer variedade da língua e não apenas com a variedade culta e dá preferência para a forma oral desta variedade. Podemos, então, ter gramática descritiva de qualquer variedade da língua.

Perini (1995) salienta que a gramática descritiva tem objetivos muito pouco modestos, já que propõe uma maneira realmente nova de descrever a estrutura do português – partindo de princípios teóricos muito mais rigorosos do que aqueles em que se baseiam as gramáticas atualmente disponíveis, para chegar a uma análise bastante diferente da usual.

Segundo Perini (1995), essa gramática será o resultado do trabalho do linguista a partir da observação do que se diz ou se escreve na realidade e trata de explicitar o mecanismo da língua, construindo hipóteses que expliquem o seu funcionamento. A gramática descritiva trata, portanto, de explicar o funcionamento da língua por meio de hipóteses. Nessa concepção, saber gramática significa ser capaz de distinguir, nas expressões de uma língua, as categorias, as funções e as relações que entram em sua construção, descrevendo com elas sua estrutura interna e avaliando suas regularidades.

O ensino de língua materna, utilizando a gramática descritiva, visa levar à instituição social o conhecimento da representação da língua como estrutura, funcionamento, função e forma e também ensinar o aluno a raciocinar e desenvolver a capacidade de análise sistemática dos fatos na natureza e na sociedade.

As gramáticas normativas também trabalham com o ensino descritivo, porém os fatos são transformados em leis de uso da língua, como verdadeiras e únicas.

2.3.3 Gramática internalizada

Atrelada à concepção de linguagem como forma de interação, a gramática internalizada corresponde “ao saber linguístico que o falante de uma língua desenvolve dentro de certos limites impostos pela a sua própria dotação genética humana, em condições apropriadas de natureza social e antropológica” (TRAVAGLIA, 1996, p. 28).

Assim sendo, o saber gramatical é anterior ao princípio de escolarização ou ao processo de aprendizagem, pois se refere à capacidade genética do falante de perceber e internalizar as regras da gramática da língua, usando-as de acordo com o que é exigido pela situação de interação comunicativa de que participa. Por isso, ao adquirir a língua, os falantes já sabem organizá-la conforme seus princípios internos do sistema.

Conforme Travaglia (1996), a gramática internalizada, por permitir a atuação do usuário em todos os âmbitos constitutivos da gramática, desenvolve não apenas a competência gramatical do indivíduo, mas também sua competência textual, discursiva, possibilitando-lhe a competência comunicativa.

Para essa perspectiva de gramática, segundo Travaglia (1996), não se concebe erro quando o falante desvirtua as normas linguísticas, mas inadequação da variedade linguística empregada num determinado contexto comunicativo, por esta não atender aos princípios sociais de uso da língua e inadequação do uso de certo recurso linguístico numa determinada comunicação quando seria mais adequado outro recurso.

Quanto a isso, é função da escola preparar o aluno para usar esses recursos linguísticos de que dispõe, alertando-o para o fato de que não existe forma “errada” de falar ou escrever, tudo depende da situação e do intento comunicativo.

Travaglia (1996) diz que em diferentes tipos de situação tem ou deve-se usar a língua de modos variados. Tem-se que é através da competência comunicativa que se desenvolvem novas habilidades de uso da língua, utilizando o ensino produtivo como ensino de língua materna. O ensino de língua nessa perspectiva deve se dar por meio do trabalho numa visão dialógica da linguagem, tendo o texto como foco principal.

3 Procedimentos metodológicos

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo, desenvolveu-se, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica e webliográfica. Nessa etapa, foram lidos autores como Travaglia (1996), Perini (1995), Geraldi (1999) e alguns artigos sobre o mesmo assunto. A partir dessas leituras, foi possível esboçar apontamentos teóricos acerca do ensino de língua materna, bem como sobre as concepções de linguagem que subjazem as diferentes concepções gramaticais.

Num segundo momento, foi realizada uma pesquisa de campo com o objetivo de levantar opiniões de professores e alunos sobre o ensino gramatical nas aulas de Língua Portuguesa. Foram elaborados dois questionários, um direcionado aos professores e outro direcionado aos alunos. O primeiro foi composto por 5 perguntas que possibilitaram traçar o perfil do entrevistado e oito perguntas direcionadas ao levantamento de informações mais específicas ao objetivo do trabalho. Dessas oito perguntas mais específicas, 3 foram objetivas. O segundo questionário foi composto por 3 perguntas de identificação de perfil e 7 perguntas sobre o assunto deste artigo. Há que se ressaltar que 3 questões objetivas foram idênticas em ambos os questionários. Esses questionários foram aplicados em uma escola do município de Presidente Olegário. A amostra foi constituída por 2 professores, por 21 alunos do ensino médio e por 33 alunos do ensino fundamental II.

Depois de realizada a pesquisa de campo, os dados coletados foram analisados de forma quali-quantitativa e, a partir deles, foram geradas tabelas e posteriores discussões teóricas que confirmam ou refutam os dados encontrados nesta etapa.

4 Resultados obtidos

A seguir, estão mostrados os dados coletados na pesquisa de campo, sendo também realizadas algumas discussões que permeiam o que é demonstrado por esses dados. Primeiramente, são mostrados os dados coletados com os professores; depois, os dados coletados com os alunos, distinguindo-se os dados dos alunos do ensino fundamental e os dados dos alunos do ensino médio.

4.1 Dados dos professores

4.1.1 Perfil

Ambos os profissionais entrevistados neste estudo são do sexo feminino, com faixa etária entre 36 a 40 anos. O tempo de atuação em sala de aula desses profissionais está entre 15 e 20 anos e possuem, além da graduação, curso de pós-graduação na área em que atuam.

4.1.2 Conteúdo ensinado nas aulas de Língua Portuguesa

Quando questionados sobre o conteúdo ensinado nas aulas de Língua Portuguesa, as respostas foram divergentes. Enquanto a docente que leciona no ensino fundamental marcou somente a opção “como usar a linguagem de forma eficaz e adequada, nas diferentes situações comunicativas”, a professora que leciona no ensino médio marcou as opções “prática de leitura e interpretação de textos”, “gramática (ortografia, classes de palavras, acentuação, pontuação etc.)” e “prática de produção de textos”.

Isso demonstra que há diferença no conteúdo de ensino com adequação ao nível de escolaridade, o que possibilita a avaliação de compreensão do aluno.

4.1.3 Concepção de linguagem

Quando questionados sobre qual concepção de linguagem predominante em sala de aula, as respostas foram similares. Enquanto o docente do ensino fundamental marcou a opção “linguagem como instrumento de comunicação”, o professor do ensino médio marcou todas as opções: “linguagem como expressão de pensamento”, “como instrumento de comunicação” e “como forma de interação”.

Isso pode ser um indício revelador quanto à tentativa de diversificar o ensino da gramática. Entretanto, é interessante observar que na primeira questão a professora do ensino médio afirma ser predominante o ensino que visa levar o aluno ao uso da linguagem de forma eficaz, nas diferentes situações comunicativas. Esperava-se, então, que, na segunda pergunta fosse marcada a opção de linguagem como forma de interação como pilar do ensino de língua materna, o que não aconteceu.

4.1.4 Formas e diversificação no ensino de gramática

Ao serem questionados sobre como ensinam e trabalham a gramática em sala de aula, ambos responderam que a trabalham de forma contextualizada e, às vezes, estrutural, mas não apresentaram exemplos que clarificassem cada uma dessas situações de trabalho. Mas, mesmo assim, pode-se concluir que há o intento de ensinar gramática conforme é proposto pelos PCNs.

4.1.5 Influências do ensino gramatical na escrita e fala dos alunos

Ao serem questionados sobre a influência do ensino da gramática na escrita e na fala dos alunos, os docentes responderam positivamente sobre essa influência, destacando que na escrita exerce contato com as regras ou normas, já na fala pode ser usada nas diferentes situações comunicativas.

4.1.6 Finalidade do ensino de gramática

Quando questionadas a respeito da finalidade do ensino da gramática, a docente do ensino fundamental disse ser realizado a fim de o aluno conhecer a estrutura da língua, enquanto a docente do ensino médio disse ser realizado para o aluno melhorar sua compreensão e também para o aluno conhecer a estrutura da língua.

4.1.7 Utilidade da gramática

Ao serem questionadas sobre a utilidade da gramática, ambas as docentes responderam que sua utilidade se manifesta na escrita e na fala através do domínio das regras gramaticais.

4.1.8 Mudanças no ensino gramatical

Quando questionadas sobre o que mudariam no ensino de gramática, a docente do ensino fundamental respondeu que mudaria a forma como é cobrada em concursos e alguns livros didáticos, enquanto a docente do ensino médio respondeu que simplificaria algumas normas específicas, como, por exemplo, a grafia do "por que", justificando que não há necessidade para variações na grafia.

4.2 *Dados dos alunos*

4.2.1 Perfil

Dos 54 alunos entrevistados, 33 estão cursando o ensino fundamental, com faixa etária entre 12 e 13 anos, e 21 estão cursando o ensino médio, na faixa etária entre 16 e 17 anos.

4.2.1 Identificação com as aulas de Língua Portuguesa

Ao serem questionados sobre sua identificação com as aulas de Língua Portuguesa, os alunos do ensino fundamental responderam que às vezes a explicação é ruim, mas o conteúdo é bom e gostam de interpretação e compreensão e que possuem boa relação com o professor. Já os alunos do ensino médio responderam que as aulas são descontraídas e isso amplia o conhecimento e domínio linguístico.

4.2.2 Conteúdo ensinado nas aulas de Língua Portuguesa

Uma das questões contempladas no instrumento de coleta de dados tanto dos professores quanto dos alunos buscava identificar os conteúdos trabalhados em sala de aula, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1: Conteúdo ensinado nas aulas de Língua Portuguesa – Ensino Fundamental II e Ensino Médio

Prática trabalhada	Ensino Fundamental II		Ensino Médio	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Prática de leitura e interpretação de textos	11	33,33	4	19,05
Uso da linguagem de forma eficaz e adequada, nas diferentes situações comunicativas	-	-	6	28,57
Gramática (ortografia, classe de palavras, acentuação, pontuação etc.)	17	51,52	11	52,38
Prática de produção de textos	5	15,15	0	0
TOTAL	33	100%	21	100%

Fonte: Dados do trabalho (2013)

Cumprir observar que os alunos do ensino fundamental, em sua maioria (51,52%), marcaram que o ensino gramatical (ortografia, classe de palavras, acentuação, pontuação etc.) é o que predomina nas aulas de língua materna, o que demonstra, ainda, um trabalho na perspectiva da gramática normativa. Além disso, é importante ressaltar a divergência entre essa resposta dos alunos e a resposta da docente do ensino fundamental, que afirmou predominar o ensino que prioriza o “como usar a linguagem de forma eficaz e adequada, nas diferentes situações comunicativas”. Nenhum aluno marcou a opção escolhida pela professora.

Também no ensino médio, a maioria dos alunos (52,38%) disse ser o ensino de regras gramaticais predominante nas aulas de língua materna. Outro fato que também chama a atenção é que nenhum aluno marcou a opção de prática de produção textual, o que é intrigante, uma vez que se espera ser nesse nível de ensino bastante recorrente, principalmente em virtude de ser uma fase de preparação para vestibulares e afins. A professora do ensino médio, nesta mesma pergunta, havia marcado a opção de prática de produção de textos, divergindo, então, da opinião dos seus alunos.

4.2.3 Expectativa do aluno com a disciplina

Quando questionados se o conteúdo trabalhado nas aulas de português correspondia à expectativa deles, tanto os alunos do ensino fundamental quanto os alunos do ensino médio, em sua grande maioria, disseram que sim, conforme mostram os dados da tabela 2.

Tabela 2: Expectativa do aluno com a disciplina - Ensino Fundamental II e Ensino Médio

Opção	Ensino Fundamental II		Ensino Médio	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Sim	31	93,94	20	95,23
Não	2	6,06	1	4,77
TOTAL	33	100%	21	100%

Fonte: Dados do trabalho (2013)

Como em outra questão, houve o predomínio de questões gramaticais como conteúdo das aulas de língua materna e agora os alunos disseram que a disciplina corresponde às expectativas que tinham, nota-se que ainda é muito forte a concepção de que aulas de português são aulas de ensino de regras, ou seja, ensino normativo.

4.2.4 Exercícios predominantes no ensino dos aspectos gramaticais

Os alunos foram questionados também sobre quais tipos de exercícios eram utilizados no ensino de aspectos gramaticais, conforme mostram os dados da tabela 3.

Tabela 3: Exercícios predominantes no ensino dos aspectos gramaticais - Ensino Fundamental II e Ensino Médio

Tipo de exercício	Ensino Fundamental II		Ensino Médio	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Exercícios de seguir o modelo	7	21,21	0	0
Exercícios de completar as lacunas	3	9,09	9	42,86
Exercícios de retirar elementos do texto	2	6,07	0	0
Exercícios de reconhecer classes de palavras (substantivos, artigos, adjetivos, verbos, etc.)	16	48,48	5	23,81
Exercícios de mostrar a função dos elementos gramaticais dentro do texto, refletindo o quanto os elementos gramaticais contribuem na construção de sentido do texto.	5	15,15	7	33,33
TOTAL	33	100%	21	100%

Fonte: Dados do trabalho (2013)

Segundo respostas dos alunos do ensino fundamental, são predominantes os exercícios de reconhecer classes de palavras (48,48%) e os exercícios de seguir o modelo (21,21%), o que comprova mais uma vez que o ensino gramatical predominante neste nível se dá de forma normativa e descritiva. Isso é reforçado pelo fato de somente 15,15% dos alunos escolheram a opção “exercícios de mostrar a função dos elementos gramaticais dentro do texto, refletindo o quanto os elementos gramaticais contribuem na construção de sentido do texto”.

Já entre os alunos do ensino médio, houve predominância do tipo de exercícios de completar lacunas (42,86%), seguido dos exercícios de mostrar a função dos elementos gramaticais dentro do texto, refletindo o quanto os elementos gramaticais contribuem na construção de sentido do texto (33,33%) e dos exercícios de reconhecer classes de palavras (23,81%). Esses resultados demonstram que neste nível está acontecendo um trabalho mais próximo do que deve ser o ensino de língua materna, mas ainda há o que ser mudado.

4.2.5 Aplicação dos conteúdos estudados em sala de aula

Os alunos foram questionados ainda se conseguiam aplicar o conteúdo ensinado em sala de aula em seu dia-a-dia, ao que responderam afirmativamente, conforme mostram os dados da tabela 4.

Tabela 4: Aplicação no dia-a-dia dos conteúdos estudados - Ensino Fundamental II e Ensino Médio

Opção	Ensino Fundamental II		Ensino Médio	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Sim	24	72,73	21	100
Não	9	27,27	0	0
TOTAL	33	100%	21	100%

Fonte: Dados do trabalho (2013)

4.2.6 Capacidade de leitura, interpretação e escrita de diferentes textos

Ao serem questionados se se sentiam capazes de ler, interpretar e produzir diferentes textos, os alunos, em sua maioria, responderam que sim, conforme mostrado na tabela 5. Isso indica que, mesmo sendo predominante o ensino normativo e descritivo na maioria das situações, as habilidades centrais de um usuário da língua materna estão sendo desenvolvidas. Mas, apesar desses dados, o que mostram os resultados de exames como o SIMAVE, a Prova Brasil, dentre outros, é que o alunado tem dificuldade de desempenhar essas habilidades.

Tabela 5: Capacidade de leitura, interpretação e escrita de diferentes textos- Ensino Fundamental II e Ensino Médio

Opção	Ensino Fundamental II		Ensino Médio	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Sim	28	84,84	18	85,71
Não	5	15,16	3	14,28
TOTAL	33	100%	21	100%

Fonte: Dados do trabalho (2013)

4.2.7 Finalidade do ensino de gramática

Por fim, os alunos foram questionados sobre a finalidade do ensino de gramática, sendo suas respostas afirmativas, mais uma vez, da predominância do ensino normativo e descritivo. Tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio predominaram as respostas que revelam ser o ensino de gramática realizado para o aluno conhecer a estrutura da língua e para o aluno conhecer o padrão culto da língua, como mostrado na tabela 6.

Tabela 6: Finalidade do ensino de gramática - Ensino Fundamental II e Ensino Médio

Finalidade	Ensino Fundamental II		Ensino Médio	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Para o aluno conhecer a estrutura da língua.	13	39,39	8	38,09
Para cumprir o programa curricular.	2	6,06	3	14,29
Para o aluno conhecer o padrão culto da língua.	13	39,39	6	28,58
Para o aluno melhorar sua compreensão.	5	15,16	4	19,04
TOTAL	33	100%	21	100%

Fonte: Dados do trabalho (2013)

5 Considerações finais

Como mostrado neste estudo, a linguagem é concebida de maneira diferente a cada momento social e histórico, o que demonstra seu caráter dinâmico. Assim, o docente necessita dominar os paradigmas teóricos dessas concepções para compreender como se efetivam as práticas de linguagem em sala de aula, no momento histórico em que passamos. Por isso, é importante que ele atue diretamente na seleção de conteúdos, no enfoque que se dá a eles, nas estratégias utilizadas, na bibliografia escolhida e no sistema de avaliação adotado.

Conclui-se, a partir deste trabalho, que o ensino da língua materna tem passado por algumas tentativas de inovação, houve mudanças nos métodos de ensino, porém os resultados alcançados ainda são considerados insuficientes diante das exigências curriculares, há ainda o predomínio do ensino normativo e prescritivo, conforme confirmaram nossos dados de campo.

Por fim, reconhece-se a limitação deste estudo e salienta-se a ciência das autoras de que os dados encontrados neste estudo não são conclusivos, pois se referem a uma única escola interiorana. Apesar disso, funcionam como um indício do que pode estar acontecendo de maneira mais geral no ensino de língua materna. Sugere-se que outros estudos sejam feitos no intento de corroborar nossos dados, podendo ser usadas populações amostrais maiores e ainda serem realizadas técnicas de observação, além de uma análise dos materiais didáticos utilizados nas aulas de língua materna.

Referências

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

FUZA, Ângela Francine; OHUSCHI, Márcia Cristina Greco; MENEGASSI, Renilson José. Concepções de linguagem e o ensino da leitura em língua materna, *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v.14, n.2, p. 479-501, jul./dez. 2011.

GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de português. In: GERALDI, João Wanderley (Org.). *O texto na sala de aula; leitura e produção*. São Paulo: Ática, 1999.

PERINI, Mário Augusto. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.

PINHEIRO, Keyla. *Concepções de linguagem*. 2010. Disponível em: <http://keylapinheiro.blogspot.com.br/2010/03/concepcoes-de-linguagem.html>. Acesso em: 25 out. de 2013.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 26. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.